

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE 2020

Tenho a satisfação de apresentar a Vossa Senhoria, o Relatório Circunstanciado da administração direta, relativa ao **exercício financeiro de 2020**, de acordo com o Art. 2º - Inciso III da Resolução nº 1099, de 07 de novembro de 2018, acompanhada da presente exposição com a finalidade de demonstrar a execução orçamentária e financeira.

As metas programadas no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, foram realizadas de conformidade com a previsão e de acordo com o fluxo de caixa do exercício encerrado.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - ORÇAMENTO

A lei de meios para o exercício foi estimada e realizada de acordo com os seguintes valores, inclusive com as alterações ocorridas ao longo do exercício:

Descrição	Valor R\$
Despesa Orçada	26.500.000,00
(+) Créditos Adicionais	5.672.152,42
(-) Reduções Orçamentárias	2.634.030,57
Dotação Total Autorizada	29.538.121,85

1.2 - CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado, foram autorizados créditos adicionais suplementares os quais foram realizados com os recursos de cobertura provenientes de:

Redução de Dotações	2.634.030,57
Arrecadação à Maior/Auxílios/Transferências Op Crédito	3.038.121,85

1.3 - ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçamentária efetivamente arrecadada bem como o seu desdobramento.

TÍTULOS	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES	20.336.975,47
RECEITAS DE CAPITAL	2.377.736,63
TOTAL REALIZADO	22.714.712,10

1.4 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa foi realizada de acordo com as autorizações da lei de meios e os créditos abertos ao longo do exercício, assim distribuídos:

TÍTULOS	REALIZADA
DESPESAS CORRENTES	16.988.723,01
DESPESAS DE CAPITAL	3.024.103,41
TOTAL	20.012.826,42

1.5 - CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou os seguintes valores:

DESPESA REALIZADA	
Despesa Autorizada	29.538.121,85
Despesa Total Realizada	20.012.826,42

RECEITA REALIZADA	
Receita Prevista	26.500.000,00
Receita Arrecadada	22.714.712,10

2 - GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

A consolidação dos valores da Gestão Orçamentária e financeira do exercício estão consubstanciadas nos relatórios já apresentados ao Tribunal e disponibilizados para domínio público, através do RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento, disponibilizado bimestralmente e o consolidado do exercício, através do sexto bimestre, disponibilizado até o final de janeiro em curso e os dados constantes do Demonstrativo dos Limites – RGF, do primeiro e segundo semestre, também já disponibilizados semestralmente, sendo o consolidado do exercício publicado até o final de janeiro corrente.

As operações relativas ao exercício Financeiro processaram-se de conformidade com o seguinte desdobramento:

Descrição	INDICADORES
RCL – Receita Corrente Líquida	17.690.924,91
Despesas com Pessoal	9.162.924,77
Percentual de Gastos com Pessoal sobre a RCL	51,79
Valores Inscritos em Restos a Pagar	
- Com suficiência Financeira do Exercício	385.631,07
- com Insuficiência Financeira	56.994,08
Saldo Financeiro total ao final do exercício caixa e bancos	1.653.022,49
Ativo Circulante	2.716.633,25
Passivo Circulante	523.439,46

3 - EDUCAÇÃO E SAÚDE

3.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO

Os recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental e os recursos do Fundeb, em nível de Despesas Correntes e de Capital, estiveram atrelados aos parâmetros estabelecidos e disciplinados na Lei do Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e estiveram de acordo com as demais normas legais e disciplinares sobre os recursos vinculados e atinentes a esta natureza.

A Lei Orçamentária anual estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, visando a sua execução atinente a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Com base na sua realização e

de acordo com o artigo art. 212 da Constituição Federal e art. 69 da Lei Federal nº 9.394 e a previsão da Lei Orgânica Municipal, o Município efetuou a aplicação visando o seu pleno atendimento.

Os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, foram executados no sentido do atendimento pleno aos ditames legais. Desta forma verificamos que o Município aplicou efetivamente o limite mínimo estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal e art. 69 da Lei Federal nº 9.394, conforme demonstrativo a seguir:

Os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental estão devidamente demonstrados através do Balancete Analítico das Despesas e também ao Demonstrativo de Aplicação na Educação conforme Vínculos, os quais estão anexados ao presente processo de Prestação de Contas do Exercício econômico e financeiro em análise.

O Município atendeu plenamente às disposições atinentes à aplicação dos recursos do Fundeb, na remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.

Os valores atinentes à movimentação com recursos para a Educação - MDE, sinteticamente realizaram-se nos seguintes valores:

Item	Descrição	Valor
01	Receita de Impostos e Transferências	15.372.581,59
02	Total de Despesas com Educação Fundamental	2.518.119,67
03	Restos a Pagar Liquidados	0,00
04	Rendimentos de Aplicações Recursos MDE	583,10
05	Saldos do Fundeb – CP 502	0,00
06	DÉFICIT com o FUNDEB	1.336.685,79
07	Percentual Aplicado em Educação	25,07%

Os valores decorrentes das Receitas Realizadas bem como os valores investidos na Educação e os valores dos auxílios recebidos estão detalhados na movimentação dos lançamentos de Receita, Despesa e na contabilidade, bem como estão atrelados aos respectivos vínculos da Educação e do Fundeb, através dos códigos 20 e 31, detalhados, inclusive, nos demonstrativos informatizados do SIAPC.

3.2 - INFORMAÇÕES SOBRE A SAÚDE

Os valores atinentes à movimentação com recursos para as Ações e Serviços Públicos em Saúde, sinteticamente realizaram-se nos seguintes valores.

A aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, a nível de Despesas Correntes e de Capital, estiveram atrelados aos parâmetros estabelecidos e disciplinados na Lei do Plano Plurianual de Investimentos e na Lei

de Diretrizes Orçamentárias, e estiveram de acordo com as demais normas legais e disciplinares sobre os recursos desta natureza.

A Lei Orçamentária anual estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, visando a sua execução atinente as Ações e Serviços Públicos em Saúde. Com base na sua realização e de acordo com o artigo art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a redação dada pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, o Município efetuou a aplicação visando o seu pleno atendimento.

Os gastos com as ações e serviços públicos na área da saúde observaram efetivamente o limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 029, de 13 de setembro de 2000, atendendo desta forma, o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e também ao art. 198 § 2º, III da Carta Magna.

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município recebeu, no presente exercício, recursos oriundos de auxílios e convênios para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, cuja execução não está compreendida nos valores demonstrados no item anterior e cuja execução estão demonstradas integralmente nos relatórios de Gestão, elaborados trimestralmente e submetidos à análise e apreciação do Conselho Municipal de Saúde.

Os recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde estão devidamente demonstrados através do Balancete Analítico das Despesas e também ao Demonstrativo de Aplicação na Saúde conforme Vínculos, os quais estão anexados ao presente processo de Prestação de Contas do Exercício econômico e financeiro em análise.

Todas as despesas realizadas e Receitas auferidas foram também, objeto de prestação de Contas ao Estado, através da Municipalização da Saúde, através de relatórios específicos, os quais demonstraram de forma analítica, toda a sua movimentação, e inclusive, foram objeto de análise e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

Item	Descrição	Valor R\$
01	Receita de Impostos e Transferências	15.478.863,13
02	Total de Despesas com Saúde	3.315.773,07
03	Restos a Pagar Liquidados	0,00
04	Rendimentos Recursos ASPS	0,00
05	Percentual Aplicado em Saúde	21,42%

Vila Lângaro RS, 31 de dezembro de 2020

CLAUDIOCIR MILANI
PREFEITO MUNICIPAL